

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores

Não foi sem alguma surpresa que recebi o convite do Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Lucena para a apresentação do seu livro Protocolo e Cerimonial Militar. Mas, rapidamente, reconheci algumas razões que o terão levado a tomar essa decisão.

De facto, a sua última função como responsável pelo protocolo EMGFA e as suas relações com a Liga dos Combatentes, no apoio a cerimónias de interesse comum, estabeleceu uma relação de proximidade e entendimento que resvalou para uma relação de compreensão e amizade. E as razões, encontro-as sobretudo no profissionalismo, conhecimento e bom senso, sempre demonstrados pelo comandante Lucena, no desempenho da sua delicada missão de planear, preparar e executar as missões relativas às cerimónias e protocolos de que foi incumbido.

Missões ingratas e complexas que, normalmente, por melhor que sejam cumpridas, deixam sempre alguém com algum incómodo e em vez de proporcionarem amizades, facilmente provocam ressentimentos e críticas. Não foi esse o caso entre nós. Estamos pois, perante uma matéria que vai do interesse e imagem pessoal, ao interesse e imagem do estado, passando pela interesse e imagem das instituições. Mas também de uma matéria que acompanha a historia do homem minimamente organizado.

Na China no séc. XII antes de Cristo, terá surgido um dos mais antigos documentos que o mundo conhece de cerimonial e protocolo, com orientações sobre filosofia e comportamento. No Egipto Antigo, protocolos e rituais faziam parte da cultura, principalmente ao redor dos Faraós. Sou atleta olímpico e por isso não poderei deixar de referir que os gregos, com os seus jogos olímpicos, deram origem, em 776 antes de Cristo, ao primeiro calendário de competições desportivas e com ele a um dos primeiros grandes cerimoniais da história da humanidade. Enfim, os povos conquistadores exerceram grande influência sobre os povos conquistados, quanto a cerimónias e etiquetas.

Hoje, desde os milhares de congressos anuais, que Thomas Cook despoletou ao explorar a facilidade de comunicação que o caminho ferro proporcionava, no séc. XIX, aos milhares de cimeiras de carácter político ao mais alto nível e às grandes cerimónias militares em todo o mundo, todas elas estão cimentadas com relações públicas, cerimonial e protocolo. Que dizer da última visita de Sua Santidade o Papa Francisco a Portugal e as preocupações do cerimonial e do protocolo. O tema é por isso tão aliciante, como importante.

Cumpr-me por isso felicitar o Comandante Lucena, não só pelo seu desempenho, mas por ter decidido verter em livro a sua experiência e saber, trazendo assim uma interpretação válida que servirá de orientação a actuais e futuros responsáveis pelas

cerimónias e protocolos, no âmbito militar, e as suas relações com as cerimónias e protocolos civis e do estado.

A lei e a sua difícil aplicação prática farão deste livro um Guia que produzirá doutrina, sempre que a dúvida se instale nos executores de cerimónias e protocolos de âmbito militar. Um prefácio do então Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Fragoso e a introdução do autor, são elucidativos quanto ao que vamos encontrar nesta obra e reforçam o que acabo de assinalar.

Compete-me talvez abrir a curiosidade para o que irão encontrar no livro e não propriamente ler-vos o livro. Direi pois o que nos apresenta o Comandante Lucena. Para além da legislação básica necessária e suficiente que enquadra e sustenta o cerimonial e o protocolo militares, o autor debruça-se sobre três áreas fundamentais:

As precedências, os procedimentos e as práticas. A estes três “P” dá um enquadramento e envolvimento ricos e sustentados em vivência, experiência e saber sobre a matéria.

Se porém abordarmos este tema particular, que o autor nos trás, de uma forma mais genérica nós poderemos dizer que os valores reconhecidos e adoptados, as regras, as convenções de direitos e deveres e a sua expressão nas relações humanas, em sociedade, constituem o grande cerimonial e protocolo da Vida.

A vida é de facto um grande cerimonial e um grande protocolo, em aplicação e vivência constantes. Por isso, ao falarmos de cerimonial e protocolo, sentirmos que tais preocupações existem desde o aparecimento do homem e a sua vivência em comunidade. Comunidade que pode ser organizada ao nível do estado, mas que engloba grandes e pequenos grupos, nomeadamente, civis, militares e religiosos, todos com o seu cerimonial e protocolo próprios.

E por isso, não estranharmos hoje o vermos ligado ao cerimonial e ao protocolo, as relações públicas. Este triunvirato convive entre si, para a obtenção de resultados que se desejam harmónicos e não produzam incomodidade e resistências, mas pelo contrário, contribuam para, no respeito e reconhecimento expectante da importância funcional e hierárquica de cada um, para a boa harmonia e espírito de corpo colectivos. O sector particular específico, como parte desse grande e complexo protocolo que apelido de protocolo da vida, onde converge o público e o privado, que o autor nos apresenta, diz respeito ao sector da vida militar.

Nessa vida militar, símbolos, valores, cerimonial em parada ou fora dela, respeito hierárquico, direitos e deveres de cada um, refletem-se colectiva ou individualmente, em exigências protocolares permanentes. Desde a inicial saudação pela continência, de palma da mão aberta e voltada para quem se cumprimenta demonstrando que se não empunha qualquer arma, à formatura em parada com honras militares de acordo com a patente a quem se prestam as honras, ou as salvas fúnebres no fim da vida de acordo com a patente que se homenageia, ou o mero cumprimento à bandeira nacional, são exemplos de momentos perenes eivados de protocolo militar, os quais conjugados

com muitos outros, próprios da instituição, formatam aquilo que costumamos designar por condição militar.

E esta deve ser respeitada e defendida a todo o custo, elevando o seu cerimonial, o seu protocolo e a relação pública, para que conduza à sua compreensão pela população que serve e que sempre observa e se delicia com o que vê. Daí a utilidade deste livro com os problemas, não só que o mesmo esclarece, mas que também levanta. E o grande problema que levanta em meu entender é a dificuldade e a complexidade de uma boa execução protocolar. Compreendo a delicadeza e também objectividade com que o comandante Lucena aborda o problema. Mas eu permito-me dizer que numa cerimónia civil-militar ou mesmo só militar é rara aquela que decorre sem que haja um problema protocolar delicado a resolver ou sem que surja um problema menos bem resolvido e por isso suscetível de criar suscetibilidades individuais ou institucionais.

Nos meus longos anos de militar e recordando quando cadete, as guardas de honra a Rainha Isabel II de Inglaterra e ao Presidente da República do Brasil, ou o porta-estandarte nacional como alferes na visita do Imperador da Etiópia a Portugal ou as cerimónias que, como general, dirijo desde que sou Presidente da Liga dos Combatentes e onde estabeleci contacto com o comandante Lucena, permitem-me descortinar algumas vivências, em especial nesta última função, e com elas dar relevo à importância deste livro que hoje é apresentado e que quer queiramos quer não, fará doutrina no que diz respeito ao cerimonial e protocolo militares. Apenas alguns exemplos que penso significativos para reforçar o verdadeiro interesse deste livro, para além dos exemplos práticos que comandante Lucena nos trás.

A Liga dos Combatentes é uma entidade organizadora de eventos em que alguns deles exigem a aplicação do protocolo de estado, o protocolo público e protocolo privado. Somos a entidade organizadora, mas pedimos apoio aos serviços responsáveis por esta área do MDN e ou do EMGFA e por vezes da Presidência da República. Órgãos do mais alto nível protocolar. Ora, o Presidente da Liga de Combatentes, com entidade organizadora, como diz a lei e bem refere o Comandante Lucena, deveria presidir a cerimónia ou respeitosa e ceder o seu lugar à entidade protocolarmente mais elevada e convidada para presidir à cerimónia. Ora como presidente da Liga dos Combatentes, com o apoio dos serviços referidos, por exemplo, nas cerimónias evocativas do 9 de Abril e do 11 de Novembro, Dia do Armistício da GG, já ocupei, na fila da frente da tribuna, por indicação do protocolo, o segundo lugar, o quarto lugar, o sétimo lugar e o nono lugar, embora as entidades fossem praticamente as mesmas.

Nessas mesmas cerimónias como organizador das mesmas e havendo que acompanhar as altas entidades a receber as honras militares, aconteceu-me que quando cheguei à tribuna com a última entidade, o senhor Ministro da Defesa, não tinha cadeira para me sentar. Rapidamente puxei de uma cadeira de outra fila, por acaso desocupada e coloquei-a ao lado do senhor ministro, onde fiquei.

Recentemente, em cerimónia do 11 de Novembro, o protocolo comunicou-me que o meu lugar era o número sete. Quando finalmente me dirigi à tribuna com o senhor Ministro da Defesa, a cadeira estava ocupada por outra entidade, sem que nada me

fosse dito e acabei por ocupar a cadeira número nove que entretanto vi vazia. Mas também já tenho tido altas entidades que ao verificarem que não haviam sido considerados na lista protocolar se afastam e retiram tranquilamente da cerimónia. E há até quem resista à lei, em que uma entidade militar é colocada protocolarmente acima de uma função política, por alteração da lei e este facto levar tempo a cumprir-se contrariamente ao que a lei estabelecia. O que acontece normalmente é que estes casos ficam limitados a quem os vive. A situação agrava-se quando o relacionamento é entre instituições. Referi propositadamente casos extremos, da minha vivência pessoal, para poder também sublinhar e agradecer o trabalho dos serviços de protocolo da Presidência da República, do Ministério da Defesa Nacional e do EMGFA que tanto tem ajudado a Liga dos Combatentes, sistematicamente, nas suas cerimónias. De facto ao juntar por vezes a Presidência da República, o Ministério da Defesa Nacional, o EMGFA e os Estados-maiores dos três ramos, exigem aos serviços de protocolo um trabalho de preparação, planeamento e execução complexos e que normalmente exigem decisões no momento último dos acontecimentos.

Minhas senhoras e meus senhores

Como diz o autor, o Protocolo e Cerimonial Militar desempenha um papel fundamental na transmissão de valores. Neste aspeto direi é tão importante para dentro da Instituição como para fora dela. Por isso este livro não é um livro de interesse particular mas um livro de interesse geral, pois ajuda os outros a reconhecer quem somos, o que fazemos e como nos relacionamos entre muros e na relação com os outros. Símbolos nacionais, valores nacionais, política de defesa, conceito estratégico de defesa nacional, organização e missões das Forças Armadas, legislação, cerimónias, protocolo, uniformes, medalhas, procedimentos, entidades, precedências, são ingredientes tratados com equilíbrio, sensibilidade e bom senso, nesta obra. Como diz o autor “ o segredo do sucesso de uma cerimónia está em grande medida na capacidade do responsável do protocolo encontrar esse equilíbrio”.

Termino felicitando mais uma vez o autor, pois neste livro ele cria condições e apresenta todos os meios, para facilitar a acção dos responsáveis pelo protocolo e cerimónias militares e que são de facto verdadeiros “gestores de sensibilidades”. Não são “mestre-de-cerimónias”, mas responsáveis onde não deve morar a prepotência, a vaidade ou a arrogância, nem por outro lado a humildade excessiva, a timidez ou a ansiedade perante situações imprevistas.

O Chefe do Cerimonial militar, como responsável pelo planeamento, coordenação e organização, incluindo o protocolo, deve em síntese ser uma pessoa de bom senso. E como diz o Comandante Lucena NO FINAL DO SEU LIVRO:- “o Protocolo é 10% de regras e 90% de bom senso”.

Parabéns ao Comandante Lucena.

Joaquim Chito Rodrigues, general